

O português herdou duas mil palavras tupis. Poucas permanecem vivas.

MARCELO BERABA

Ele nunca viu um índio de perto. Nunca estudou qualquer língua indígena. Não é sequer filólogo. E, no entanto, o dicionário histórico de palavras portuguesas de origem tupi que o professor Antonio Geraldo da Cunha tem pronto é, na opinião de Antonio Houaiss, a melhor e mais completa documentação sobre uma das fontes linguísticas que influenciaram e formaram o português brasileiro. Certamente o primeiro trabalho nesta área, o dicionário representa ainda, segundo o acadêmico, o passo mais importante, apesar de modesto e parcial, para a reconstrução da memória lexicográfica brasileira — um projeto ambicioso e monumental que os dois alimentam, separadamente, há alguns anos e que agora parece próximo de ser realizado.

Até se tornar lexicógrafo os caminhos de Antonio Geraldo da Cunha foram os mais inusitados, nem sempre foram os mais curtos. Na adolescência, algumas medalhas de prata em ciências lhe deram a certeza de que seria um químico. Acabou se formando em engenharia e arquitetura. Destes desvios ele trouxe o rigor dos métodos científicos, o gosto pelos números e a facilidade de estruturar projetos como quem planeja sólidas construções.

O dicionário de palavras de origem tupi, como todos seus sonhos, é um projeto antigo e integrado, desde do início, ao que ele chama de grande dicionário histórico. Como não era possível fazê-lo todo e de uma vez, ele preferiu fragmentá-lo. A primeira idéia era a de um dicionário de brasileirismos. Como definir, no entanto, brasileiro, se não existe trabalho algum que prove que determinada palavra não ocorre no português de Portugal ou que tenha lá um sentido diverso? Era necessário, antes, um dicionário histórico da língua portuguesa. Ele explica o porquê de um léxico de palavras tupis:

— Diante da inexistência de um dicionário histórico, não podemos provar que tal palavra é um brasileirismo. Mas de um modo geral, podemos garantir que uma palavra de origem tupi é mais usada no Brasil do que em Portugal. Por isto, quando se pensou num Grande Dicionário de Brasileirismos, eu sugeri que primeiro se fizesse um dicionário de palavras de origem tupi, depois um de palavras de origem africana, e assim por diante. Preferi o tupi porque é uma língua indígena do Brasil. As línguas africanas são viajadas. Dezenas de palavras portuguesas de origem africana que nós pensamos que só existem no Brasil estão documentadas, e amplamente, em Portugal no século XVI devido às relações com Angola, Moçambique e Guiné. Já o tupi, este não tem perigo porque nasceu aqui, embora os primeiros textos sejam de escritores portugueses.

O objetivo do dicionário é documentar, de forma exaustiva, as palavras tupis incorporadas ao nosso português desde a chegada dos colonizadores. Foi escolhido o tupi e não outra língua indígena — como o carib, por exemplo, ou o aruaque, que são outras famílias linguísticas — porque sua presença é fácil de se caracterizar através de documentações que datam do período colonial. Além disto, a influência das outras línguas é insignificante e quase sempre através do próprio tupi (é o caso de goiaba, de origem aruaque, segundo o Dicionário de Aurélio).

A costa do Brasil, no século XVI, era

História do Brasil estas tribos são frequentemente mencionadas, algumas lutando ao lado dos portugueses, contra os franceses, outras do lado dos invasores: tupinambás, tupiniquins, temiminós, tamoios, tabajaras. A língua era bastante uniforme, embora com diferenças regionais.

MUDANÇAS

Com a chegada dos portugueses, estas tribos foram sendo expulsas para o interior. Quase todas desapareceram, algumas sobreviveram precariamente, como os tupiniquins, agora redescobertos no Espírito Santo. As fugas, o contato com outras tribos de línguas estranhas, a dominação do



Professor Antônio Geraldo da Cunha

português e a catequese, o próprio tempo, todos estes fatores modificaram o tupi ao longo dos últimos quatro séculos e meio. Entre os tuninólogos, aqueles que estudam a cultura tupi, se convencionou dividir esta evolução em três etapas: o tupinambá, ou tupi antigo, o tupi médio, dos séculos XVII e XVIII, e o nheengatu ou nenhengatu, a partir do século XIX e ainda falado na Amazônia entre caboclos e índios de diversas tribos — uma espécie de "língua franca". Algumas tribos que se isolaram durante este processo conservaram um tupi mais próximo à estrutura do tupi antigo do que do nenhengatu, como são os casos das línguas das tribos dos cayabi e camaurá, do Parque Nacional do Xingu.

Na linguística, um caminho para valorizar o índio

A população indígena em território nacional foi calculada, recentemente, em mais de 180 mil pelo general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai. É um número provável, embora baseado em dados parciais e por certo aleatórios. Os mais pessimistas acreditam, no entanto, que não sobrevivam hoje mais que 100 mil índios. Um trabalho recente do antropólogo Julio Cesar Melatti, da Universidade de Brasília, registra 136 grupos tribais diferentes — sete a menos que os documentados por Darcy Ribeiro em 1957. O mesmo Darcy Ribeiro calculava a população indígena, há 20 anos atrás, entre 70 mil e 100 mil indivíduos.

Apesar do otimismo do presidente da Funai em relação ao crescimento das populações protegidas, como as que habitam o Parque Nacional do Xingu, a maioria dos grupos tribais continuam ameaçados por invasões de terras, por estradas em construção ou apenas planejadas, por doenças e pelo desrespeito freqüente às suas culturas.

O trabalho de campo, hoje bem mais fácil que há alguns anos e com apoio oficial, continua difícil. Na área dos estudos linguísticos, por exemplo, é desalentador, em que pese o entusiasmo e o idealismo dos poucos brasileiros que se dedicam à pesquisa. Embora não exista um levantamento detalhado, os antropólogos calculam em 150 o número de línguas faladas hoje por nossos índios. Para estudá-las, temos um número incerto de linguistas, talvez uns seis. Não seria difícil contá-los, mas o número é tão insignificante e inacreditável que os especialistas ouvimos, depois de recordarem nomes prováveis, pediram para registrar seis, "conta redonda, que é para não esquecer ninguém". É possível, portanto, que existam apenas quatro ou cinco, embora não faça muita diferença.

No Rio, no Museu Nacional, trabalha metade deste contingente hipotético: Charlotte Emmerich, que pertence ao Conselho Indigenista da Funai, Ruth Monserrat e Ione de Freitas Leite. As três juntas acumulam perto de 30 anos de pesquisas linguísticas em aldeias já contactadas. O resultado de seus trabalhos, apesar de quantitativamente modesto, tem sido importante tanto ao conhecimento das línguas indígenas como em sua valorização e, por conseguinte, na valorização dos próprios índios como indivíduos.

Para Charlotte Emmerich, é necessário que os estudos etnolinguísticos sejam estimulados com urgência antes que as línguas indígenas sejam modificadas irreparavelmente. No ano passado, pequenos grupos universitários começaram a se interessar por esta área de pesquisa. Na Faculdade de Letras da UFRJ, por exemplo, 15 alunos assistiram aos cursos de etnolinguística e chegaram a ir ao Parque Nacional do Xingu para trabalhos práticos. Um número inesperado e bastante expressivo, sinal, com

Outra prova de que a situação tende a se modificar é o cargo de linguista criado pela Funai. É possível que a importância dos estudos linguísticos comece a ser reconhecida fora da área estritamente acadêmica. A participação de uma linguista no Conselho Indigenista talvez confirme esta expectativa.

Uma vez, numa aldeia, Ione de Freitas Leite percebeu que todas as suas frases construídas no condicional "se" eram negadas pelos índios como mentirosas — apesar de estarem gramaticalmente perfeitas segundo a língua em que se expressava. Só mais tarde ela percebeu que para aqueles índios não havia especulação de futuro, as frases só eram possíveis se expressassem a realidade em que viviam. E aquilo não era uma limitação intelectual mas uma forma de se colocar diante da vida, aquilo a que algumas pessoas chamam "visão de mundo".

Descobrir, através da língua e da fala, o universo destes homens não é, no entanto, a única nem a principal tarefa do linguista enquanto cientista. Utilizando um acervo teórico dos mais avançados no campo das ciências, estas três senhoras estão estudando as línguas e deixando alfabetos que permitam que os próprios índios façam suas cartilhas e se alfabetizem, com ajuda de professores da Funai. Segundo elas, os índios que têm contatos com a cultura branca desejam se alfabetizar. E esta alfabetização, se conduzida com respeito aos valores indígenas, pode lhes permitir fazer frente à sociedade nacional — que só discute, é claro, de acordo com suas próprias leis e em português. É uma forma de armar os índios contra as arbitrariedades freqüentes que lhes ameaçam a sobrevivência, dizem.

Uma terceira função dos estudos linguísticos é que eles estão desmentindo uma série de preconceitos que a sociedade envolvente alimenta em relação aos índios e suas línguas. São línguas complexas e com gramática, apesar de ágrafas (sem escrita). Elas refletem um universo mental rico e criativo e confirmam a viva inteligência dos chamados primitivos. Estes preconceitos linguísticos são mais comuns entre as populações que vivem em contato com as tribos e servem para justificar outros preconceitos que acabam negando aos índios não apenas sua inteligência mas seu próprio direito de viver.

— O que é o processo linguístico? — pergunta Ione de Freitas Leite. Quando tento matar ou sufocar uma língua, estou na verdade sufocando um indivíduo e matando um povo. A língua reflete a realidade daqueles homens: eles pensam e são diferentes de mim. Temos de respeitar essa diferença.

Paralelo, a tarefa acadêmica da linguística tem consequências práticas para a antropologia. Um estudo recente, por exemplo, de Charlotte Emmerich e Ruth Montserrat, publicado pelo Museu do Índio, prova a evidência de um elo genético, sob o ponto de vista linguístico, entre

do sertão bahiano para o sul, os botucudos, que habitam Minas e Espírito Santo a partir de 1800, e os Guereus, do litoral sul da Bahia.

Este trabalho, no entanto, longe de envaidecê-las, as faz refletir sobre problemas mais amplos. Na verdade, como conciliar esta aparelhagem teórica e técnica sofisticada, absorvida nas universidades da sociedade civilizada, com os interesses reais dos índios? Uma resposta difícil, elas concordam. Charlotte Emmerich se lembra de uma pergunta agressiva e amargurada que lhe foi feita por um índio americano, estudante da Universidade de Quetzalcoatl, na Califórnia, há dois anos:

— Você é daqueles que usam os índios para aumentar o tamanho de seu currículo com teses e ganhar prestígio no meio intelectual?

16 línguas ameaçadas de extinção

É comum a crença de que todos os índios do Brasil falam tupi. Na verdade, os linguistas e antropólogos calculam que existem, ainda hoje, entre 120 e 150 línguas — aproximadamente a metade das que eram faladas na época do descobrimento. Pelo menos 16 são faladas por menos de 50 pessoas e estão na iminência de desaparecer. Cerca de 80 são faladas por um número que oscila entre 50 e mil pessoas e apenas 17 contam com mais de mil falantes, das quais três alcançam cinco mil: o guarani, o terena e o tucuna.

Estas línguas são classificadas, segundo suas supostas origens, em troncos e famílias. Um tronco, como o tupi, é subdividido em diversas famílias e línguas e correspondência, para efeito de comparação, ao tronco indo-europeu, do qual faz parte o português. O professor Aryon Dall'Igna Rodrigues, da Universidade de Campinas, em trabalho citado por Julio Cesar Melatti, divide as línguas indígenas faladas no Brasil em três grandes troncos, em famílias ainda não agrupadas em troncos e em línguas ainda não agrupadas em famílias.

O tronco tupi, por exemplo, é subdividido em sete famílias (tupi-guarani, juruna, ariquem, tupari, ramarama, mondé e puruborá), que são subdivididas em 26 línguas. O tronco macrojê é dividido em quatro famílias (jê, maxacali, fulniô, borôro) e uma língua não classificada em família, embora pertença ao tronco. O terceiro tronco é o aruaque, dividido em duas famílias (arauá e aruaque) com 19 línguas. Ainda não estão classificadas em troncos as famílias carib (11 línguas), tucano (quatro), pano (sete), xiriana (quatro), txapacura (duas), mura (uma), nambiquara (cinco) e gwaicuru (uma).

Além das línguas que ainda não foram classificadas e de grupos de que não se tem informações sobre suas línguas, treze grupos deixaram de falar língua indígena, trocando-as pelo

Desde os primeiros contatos com os indígenas, os colonizadores e jesuítas, principalmente os segundos, registraram não apenas seus hábitos e cultura como a língua. As palavras em tupi que designavam a fauna e a flora desconhecida dos europeus foram sendo utilizadas no português habitual e incorporadas à literatura da época. Esta preocupação com a língua fez com que surgisse, já no século XVI, "Vocabulário na Língua Brasileira", anônimo e conservado em dois manuscritos do século XVII.

Incluindo este vocabulário, Antonio Geraldo da Cunha pesquisou perto de 300 livros e cinco mil documentos, desde os primeiros manuscritos do século XVI. Praticamente tudo o que foi escrito sobre Brasil nos séculos XVI e XVII foi lido, inclusive microfílm vindo de bibliotecas européias como as de Paris, do Escorial, de Madrid, de Lisboa e de Évora. A partir do século XVIII, todas as obras impressas puderam ser consultadas na Biblioteca Nacional.

DEZ ANOS DE PESQUISA

Deste acervo, foram colhidas duas mil palavras de origem tupi. Elas são acompanhadas de 10 mil passagens documentais que registram seu histórico. Algumas palavras, como mandioca, estão documentadas desde os primeiros textos do século XVI, como Gabriel Soares de Souza, Pero de Magalhães Gândavo, Fernão Cardim, Anchieta e Nóbrega, até os autores mais recentes como Mário de Andrade, José Lins do Rego e Guimarães Rosa.

Um fato curioso, descoberto pelo lexicógrafo: Guimarães Rosa e Mário de Andrade empregavam palavras de origem tupi cuja evolução histórica ele não conseguiu registrar em nenhum livro ou documento consultado — com exceção de "Vocabulário na Língua Brasileira". O que leva a supor que os dois autores, usando uma expressão do próprio Antonio Geraldo da Cunha, se divertiam garimpando o vocabulário quinhentista com a paciência de quem busca palavras novas e exóticas.

Antonio Geraldo da Cunha, findos dez anos de pesquisa e pronto o dicionário, que será co-editado pelo Instituto Nacional do Livro, não se considera um tuninólogo. Formal, ele pede que o repórter registre seu objetivo, sem equívocos:

— O autor considera seu trabalho subsídio do futuro dicionário da língua portuguesa baseado em princípios históricos cuja elaboração já foi minuciosamente planejada e que ele tem certeza, será realizado nos próximos anos.

Para este grande dicionário será indispensável um levantamento prévio da freqüência com que as palavras ocorrem em língua portuguesa. Serão lidas mil obras do século XIX, das literaturas portuguesa e brasileira. Serão consultadas obras de ciência, arte, diversões e assuntos especializados. Alguns jornais, como o "Jornal do Comércio" e "O Século", de Portugal, serão percorridos desde o primeiro número. E deste levantamento, um computador armazenará cerca de 80 milhões de ocorrências.

Ele acredita que, com um projeto bem elaborado, em 10 anos possa lançar o primeiro volume. O mesmo cálculo de Antonio Houaiss, outro que vê o projeto com entusiasmo. Mirador, por exemplo, levou quatro anos para ficar pronta. Em compensação, o grande Oxford, onde se inspira-